

Globalização, desglobalização e o Brasil

Renato Baumann, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

As últimas três décadas testemunharam mudanças importantes nas facilidades de transporte, comunicações e processamento de dados, com efeitos sobre os processos produtivos, os fluxos comerciais, a movimentação internacional de capitais e diversos outros.

Para as economias de mais alta renda essa interação significou abertura de diversas oportunidades de negócios, em novos modelos. A produção de tipo 'offshoring' possibilitou ganhos de competitividade, controle de cadeias produtivas e a exploração de vantagens comparativas em força de trabalho mais qualificado e em serviços. Um processo facilitado pela redução de barreiras ao fluxo internacional de recursos.

Do ponto de vista das economias em desenvolvimento, intensificou-se a recomendação de que aderir a esse processo poderia ser instrumento fundamental para estimular o desenvolvimento econômico e social. O que a prática mostrou, contudo, é que os benefícios derivados dessa maior interação tiveram como paralelo a demanda crescente por trabalhadores com maior grau de qualificação e crescente automação, com impacto sobre o mercado de trabalho, tanto nas economias mais abastadas como nas economias emergentes. Ao mesmo tempo, a fluidez na movimentação internacional de recursos permitiu aos indivíduos de mais alta renda acesso ampliado a recursos disponíveis para aplicações com maior expectativa de retorno.

Dada a magnitude desses efeitos, a repercussão política alimentou resistências, desencadeando o que se convencionou chamar de 'desglobalização', com adoção, por parte de alguns países, de medidas mais isolacionistas, assim como repercussão no cenário político, com o fortalecimento de grupos resistentes a diversos aspectos do processo de interação com outras economias.

A economia brasileira encontra-se em situação peculiar. Absorveu benefícios de uma demanda externa excepcional por alguns de seus produtos, mas permaneceu marginal no conjunto das transações comerciais. Ao mesmo tempo, tem papel de destaque na atração de recursos, mas sem que isso se reflita em maior presença da economia no cenário internacional.

A visão favorável ao processo de globalização enfatiza os ganhos, do lado da oferta, decorrentes do aumento dos investimentos, da difusão de tecnologia, das reformas institucionais subjacentes, da necessidade de adoção de políticas macroeconômicas adequadas, e dos estímulos à elevação do grau de qualificação da força de trabalho. Do lado da demanda o foco é no benefício, para os consumidores, em poder contar com acesso facilitado e a mais baixo custo a uma variedade maior de bens e serviços, a empregos com remuneração mais elevada, melhores condições de saúde, portanto melhores padrões de vida.

O mundo globalizado não conseguiu eliminar a pobreza, mas ao mesmo tempo aumentou o distanciamento entre faixas de renda e entre países. Além disso, a maior facilidade para movimentos transfronteiriços de capital e a difusão de tecnologia de fato contribuíram para ampliar a 'distância digital' entre indivíduos e entre populações de países distintos: boa parte dos indivíduos não tem condições para acompanhar os progressos tecnológicos ou mesmo participar de redes, importantes para a produtividade. A experiência da quarentena imposta pela pandemia do coronavírus mostrou isso com clareza, entre outros aspectos no tocante aos estudantes de escolas privadas e públicas em economias em desenvolvimento.

A maior concentração de renda associada à globalização deriva do perfil de demanda por trabalhadores qualificados, mas também do processo financeiro. Num ambiente de taxas de juros mais baixas, as camadas menos abonadas da população tendem a elevar seu grau de endividamento, enquanto os mais ricos alocam percentuais mais expressivos de sua riqueza em ativos de maior risco, portanto de retorno mais elevado.



Dessa forma, além dos efeitos desestabilizadores do movimento de capitais — sobretudo dos capitais de curto prazo — a globalização é associada à redução dos níveis de pobreza absoluta, um dos seus méritos pouco questionados, mas ao mesmo tempo ao aumento dos níveis de desigualdade entre países e entre grupos de pessoas.

No caso da economia brasileira, a participação no processo de globalização foi limitada até aqui, exceto no tocante ao movimento de capitais. A participação no comércio de mercadorias permanece baixa, a economia permanece relativamente fechada a importações, e o número de acordos preferenciais ainda é comparativamente reduzido. O país não está em processo de ‘desglobalização’ porque não chegou a se ‘globalizar’.

A ‘desglobalização’ não parece ser um processo inevitável. Os processos produtivos mais eficientes envolvem a crescente digitalização e utilização de componentes frequentemente produzidos de maneira mais eficiente em outros países. Com tempos de progresso técnico cada vez mais curtos (e a competitividade pressupõe dispor desses componentes a curto prazo), isso reduz as chances de produzi-los de forma competitiva internamente: a competitividade da produção nacional passa a depender de um grau de interação com fornecedores externos como não se via antes.

O ‘novo normal’ dos processos produtivos e das relações internacionais está associado a um grau de interação cuja reversão não parece estar à vista. Daí não se infere que uma economia como a brasileira — com mercado interno expressivo, enormes vantagens comparativas em recursos naturais e um histórico de atração de investimentos — deva proceder a uma adesão imediatista a processos de abertura. Mas é hora de sinalizar aos agentes econômicos um direcionamento orientado, programado, de absorção dos benefícios potenciais a serem obtidos a partir de uma interação mais ampla com outras economias.

Referência:

BAUMANN, R. “Globalização, desglobalização e o Brasil”. *Revista de Economia Política*, Vol. 42, No. 3: 592-618, jul-set de 2022. <<https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3357>>. Acesso em 10 set de 2022.